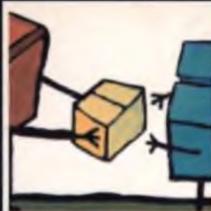
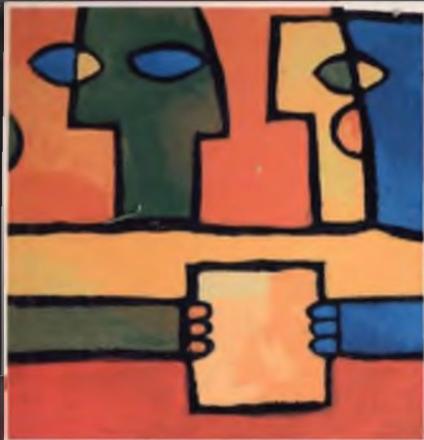


40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmair Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Prof.ª. Dr.ª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Bel.ª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, N° 78

Ed. OK, 2° andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

16 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

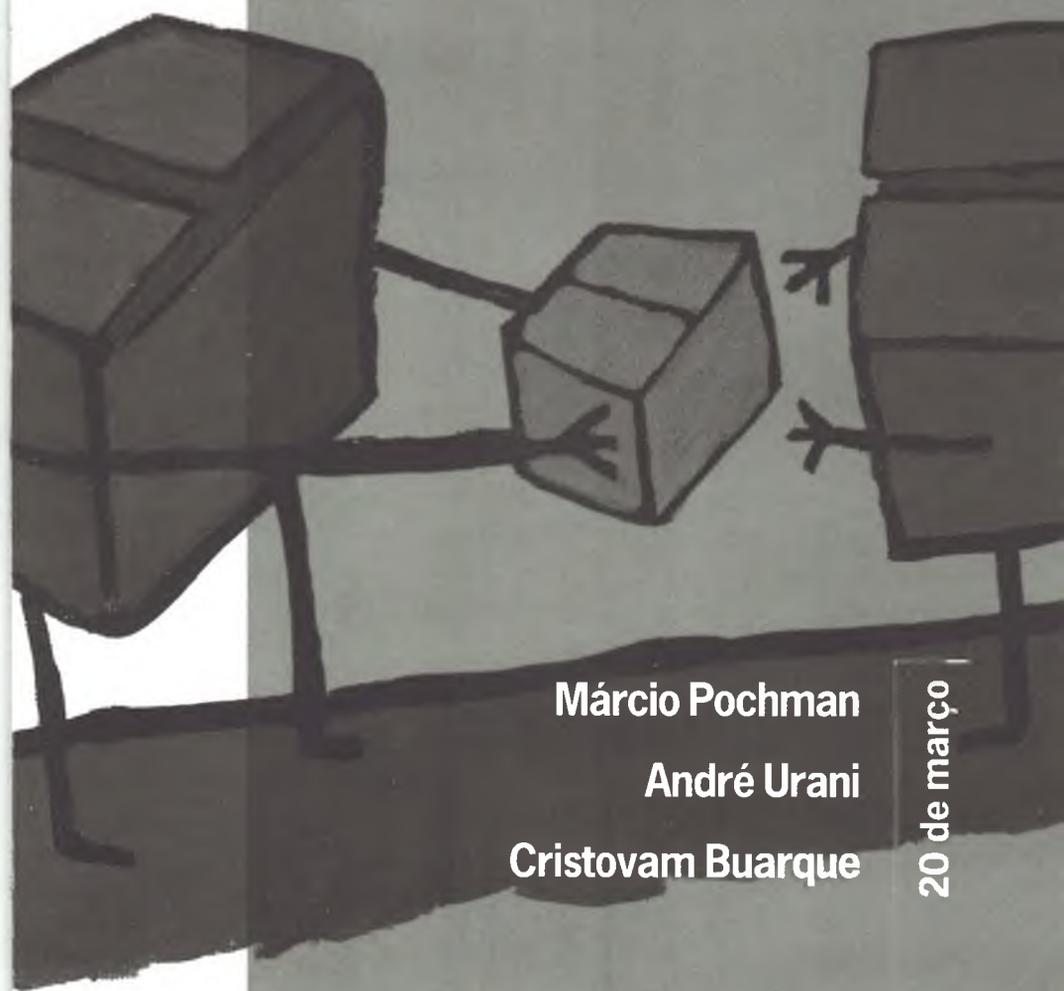
Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499

Políticas de distribuição de renda



Márcio Pochman
André Urani
Cristovam Buarque

20 de março

Movimento pela Segunda Abolição

Cristovam Buarque

A maior qualidade da democracia não é facilitar o processo de administração, corrigir os erros, dar participação, mas, sim, manter a esperança dos cidadãos (no máximo por um período de quatro anos). Por maior que seja o descontentamento e o inconformismo com a realidade social, sabemos que, dentro de quatro anos, ou três anos, ou dois anos, ou um ano, ou seis meses e meio, como agora, vamos poder mudar essa realidade. Mas a democracia não dá esperança apenas pela liturgia, pela coreografia do processo. Dá esperança se os candidatos trouxerem sonhos alternativos à realidade e mostrarem competência para realizar esses sonhos. Há uma certa escassez de sonhos hoje.

No Brasil há, hoje, uma democracia imprensada entre a vontade do povo e a da Justiça que, de repente, interpreta as leis e perturba o processo. Sempre à mercê da imaginação de “marqueteiros” que inventam coisas que pouco têm a ver com o concreto.

Cristovam Buarque é Doutor em Economia pela Sorbonne. Ex-Governador do Distrito Federal. Autor do Projeto *Bolsa-Escola*. Ex-Reitor da Universidade de Brasília (UnB) no período de 1985 a 1989. Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. Presidente da ONG *Missão Criança*. Candidato do PT ao Senado Federal pelo DF. Autor de diversos livros como: *A Cortina de Ouro* e *Admirável Mundo Atual*. Escritor de jornais e sites de educação.

Entre os candidatos à Presidência da República, há um vazio de propostas. Isso se deve, sobretudo, à prisão destes e de todos os dirigentes brasileiros à lógica do pensamento econômico, em vez de pensarem eticamente assumindo seus compromissos com o futuro do país. Os políticos se preocupam muito com a economia e pouco com a ética, com o futuro, com a história, com nossas origens.

O que um Presidente de República deve fazer para completar este País incompleto?

Primeiro, temos de tratar da democracia: uma democracia em que a Justiça não está satisfazendo, em que a corrupção candeia e em que o corporativismo transforma a nossa sociedade em um arquipélago.

Segundo, sem dúvida, o crescimento econômico com estabilidade monetária. Precisamos retomar o crescimento sem jogar fora a grande conquista da estabilidade.

Terceiro, precisamos ter uma política em que cresçamos sem destruir a natureza, respeitando o meio ambiente.

Quarto, é preciso, obviamente, que esse crescimento distribua a renda. E, também, é preciso retomar um grau de soberania para este País, uma soberania obviamente integrada no conjunto do mundo globalizado, mas não diluída no mundo globalizado como está a soberania atual.

O mais importante e urgente é a abolição do quadro de pobreza de nosso País. Imagino se estivéssemos aqui para discutir a eleição presidencial de 1870, se tivéssemos presidente naquela época e o tema fosse a distribuição da renda e, não, a abolição da escravidão. Se fizéssemos política de distribuição de 1800 a 1860, a renda se distribuiria entre os grandes senhores latifundiários e os pequenos artesãos livres das cidades, mas a

renda não iria para as mãos dos escravos porque eles precisavam de liberdade e, não, de renda no bolso.

Hoje o que os pobres precisam é sair da pobreza. Então dizem: mas sair da pobreza é ter dinheiro no bolso. Dinheiro no bolso, contudo, leva à riqueza; não tira da pobreza.

O que precisamos, em primeiro lugar, é retirar o tema da pobreza do espaço do discurso econômico e trazê-lo para o espaço do discurso da ética, pois é um compromisso ético, não uma consequência econômica. Somos o país que mais cresceu no século passado e a pobreza, porém, não diminuiu. Podemos crescer duas vezes mais no século XXI e a pobreza não desaparecerá. A riqueza não cresce para os lados, a riqueza cresce para cima.

Precisamos definir o que é ser pobre. Ser pobre não é ganhar menos do que uma certa renda. Ser pobre é estar numa posição social sem acesso aos bens e serviços essenciais: comer; educar até o fim do ensino básico, não só fundamental; ter acesso a um sistema de saúde competente e eficiente; ao sistema de transporte público; ter um lugar onde morar com água potável, coleta de lixo e esgoto. Quem tiver isso não é pobre. Quem tiver uma renda mínima, mas tendo água encanada, filhos numa boa escola, a família com saúde e comida, não é pobre. No entanto, se tiver uma renda razoável, mas tiver de carregar a água para dentro de casa na cabeça, se os filhos não estiverem na escola e se tiver os dentes estragados e não puder ir ao dentista, então é pobre.

No Brasil, ter uma renda suficiente para comprar isso é impossível para todos. A renda média brasileira, se distribuída para todos, se tivéssemos uma distribuição de renda, não daria mais de 600 a 700 Reais por adulto no Brasil. Ora, ninguém é capaz de pagar uma boa escola, seguro privado de saúde, ter um automóvel, colocar rede de esgoto na sua casa com esse dinheiro.

Nosso desafio é fazer isso. E há uma maneira fácil de fazer isso num país com a dimensão e a riqueza atual do Brasil, mesmo que não houvesse crescimento. Faça questão de dizer que deve ser um dos nossos sonhos. A maneira de ter todo mundo com água e esgoto é simples: basta empregar os próprios desempregados deste País para um grande programa de instalação de água e esgoto. Assim, cria-se uma renda mínima para ele, um salário mínimo, mas quando ele abrir a torneira, vai ter água, pois o salário mínimo o mantém vivo, já a água o retira da pobreza.

O mesmo raciocínio é para o Programa Bolsa-Escola, que não tira ninguém da pobreza pela renda, seja 15 Reais por criança ou 180 Reais por família. O papel da bolsa-escola não é distribuir renda, não é colocar renda no bolso da família, é colocar o menino dentro da escola. O que tira a pobreza não é a renda da bolsa, mas é a escolarização do menino.

Então, o que precisa ser cobrado do futuro presidente? É um grande programa de mobilização da energia ociosa dos brasileiros para que este País, ao invés de fazer automóveis, coloque a água e o esgoto. Afinal, uma indústria de automóvel só emprega quem já tem renda e o salário mínimo dos raros trabalhadores que varrem o chão não os tira da pobreza.

Pois bem, como fazer essa grande modernização? Com um Projeto Áureo, chamemos assim. Não houve uma Lei Áurea com a princesa que assinou um papel dizendo que acabou a escravidão? Podemos pedir ao futuro presidente não uma lei para abolir a escravidão, mas um programa consistente com medidas. Quais medidas? Basta um conjunto de incentivos sociais, pois, para sair da pobreza, em vez de apenas fabricar automóveis, hotéis, vamos construir escolas.

O Distrito Federal deu exemplo desses incentivos sociais; a bolsa-escola é um exemplo. Mas, quando, aqui, se paga para um

analfabeto adulto aprender a ler, estamos mobilizando a energia do adulto analfabeto para que ele aprenda a ler, que é um tijolinho no caminho para ele sair da pobreza.

Quando se paga as mães com os filhos de 0 a 5 anos, que não tinham bolsa-escola, para que, com a renda, os seus filhos comessem bem e tivessem uma cesta de brinquedos, porque criança precisa de comida e brinquedo também, além do atendimento médico, eles chegam aos cinco anos capazes de seguirem na escola. Se ele tem a bolsa-escola, ele continua.

A poupança-escola que dávamos aqui era uma maneira de incentivar o aluno a mobilizar sua energia para passar de ano, sabendo que no final ele teria um depósito.

O programa de geração de emprego, com água e esgoto, construção de escolas, já foi feito, e está divulgado em livros, e custaria no Brasil 40 bilhões de Reais. Então, como esse dinheiro existe, a receita do setor público brasileiro que o próximo presidente vai ter é ainda maior do que R\$ 400 bilhões. Mesmo que se pague a dívida externa e a dívida interna, ainda sobra dinheiro para fazer um programa de erradicação da pobreza.

Neste País, precisamos fazer três coisas: acabar com a corrupção, dinheiro que se perde; acabar com privilégios, dinheiro que fica nas mãos dos ricos, incluindo nós; e sermos mais eficientes nos próprios programas sociais.

Não devemos perguntar aos candidatos à Presidência da República como deve crescer a economia, como manter a soberania, porque eles têm essas obrigações, além de manter a estabilidade monetária. Devemos fazer uma única pergunta: qual é a proposta para dentro de dez anos este País e todos os brasileiros terem acesso aos bens e serviços essenciais? Qual é o projeto para eliminar a exclusão social?

O nosso problema não é apenas a desigualdade, mas a exclusão. É parecido com a situação da África do Sul. Imaginem propor à África do Sul distribuir mais bem a renda dos brancos para os negros continuando o *Apartheid*. Não ia fazer sentido, como acabar a escravidão com distribuição de renda no Brasil. Mas, essa é a grande pergunta. Como abolir a pobreza? Como fazer a segunda abolição?

Proponho que criemos, independentemente de quem vai ser o próximo presidente, um movimento pela segunda abolição do Brasil. Um movimento para pressionar o Congresso e não só o próximo presidente. Aliás, neste ano, a partir de agosto, seria bom se puderem fazer um orçamento em que a prioridade central seja para os projetos de erradicação da pobreza e não como é hoje: o que vai para os pobres é o que sobra no orçamento. Vamos inverter. Vamos criar aqui na UnB o movimento pela segunda abolição.

Imagine uma eleição em 1870 em que não se falasse como erradicar a escravidão! Estamos vivendo isso hoje, numa campanha presidencial em que os candidatos não falam diretamente da pobreza, só de passagem e por meio do conceito de distribuição de renda, que dilui o drama e não levará à solução. A solução do problema da pobreza está em enfrentar o problema dando condições a todos de terem o que precisam para sair da pobreza. Isso não pode ser intermediado por decisões de política econômica, pois exige uma base econômica, que o País já tem. O Estado brasileiro já dispõe desse dinheiro. Não precisa aumentar o tamanho do Estado, não precisa criar *deficit* fiscais, não precisa fechar as fronteiras; dentro do próprio espírito que reina hoje isso que chamo de certa maneira de neoliberalismo. É possível dar um choque ético e abolir a pobreza. Essa é a cobrança que os alunos das universidades brasileiras devem fazer para aquele que vai liderar o nosso povo.

Deixo aqui a proposta de criação de um grande movimento

pela segunda abolição no Brasil e que se comece a cobrar dos candidatos à Presidência não as coisas que eles têm a obrigação de fazer, mas aquilo que é mais urgente neste País, como fazer algo para que toda criança tenha uma escola boa de qualidade até o fim do segundo grau, para que toda família tenha acesso a um sistema eficiente de saúde quando precisar, para ter uma casa com água potável, coleta de lixo e esgoto, para poder tomar um ônibus, e, finalmente, comer direito três vezes por dia e todos os dias no futuro.

Esse é o desafio que deixo para nossos candidatos. Fico muito feliz em ter tido essa oportunidade e espero estar vendo aqui a criação de um movimento, talvez até mais rico do que aquele que criou a bolsa-escola, que tome conta de todo território nacional a partir das universidades e a partir da UnB, na luta por uma segunda abolição no Brasil.

TEMAS CORRELATOS

O fim da pobreza e da desigualdade não implicaria o fim do capitalismo. Nos EUA, na Europa, na Austrália, praticamente erradicaram a pobreza e continuam capitalistas. O socialismo chegará depois que erradicarmos a pobreza, mas os capitalistas são capazes de correr o risco, pois a ameaça socialista só virá bem depois como se vê hoje na Europa.

Não se pode fazer muito em 4 anos de governo, mas pode-se dar início a um processo que, em 10 ou 15 anos, erradica a pobreza. Juscelino começou com cinco anos. O que ele começou, continuamos até hoje. Passando pela ditadura, pela democracia, certas decisões ficaram.

O orçamento público é votado para as despesas correntes, faltando

para os investimentos. Para tornar os orçamentos mais efetivos e ajudar na distribuição da renda, precisamos de mais transparência no uso dos recursos e maior participação na hora de fazer o orçamento. Mobilizamos-nos contra senador que rouba, mas não nos mobilizamos para impedir a construção do prédio onde ele roubou. Aquele prédio do TRT era uma corrupção em si, mesmo que não tivesse corrupto algum envolvido. Num país que não tem água, nem luz, nem escola, fazer um prédio de luxo daquele já é uma corrupção nas prioridades. Só descobrimos a corrupção no comportamento, precisamos descobrir a corrupção nas prioridades.

Amor ao Brasil

O amor ao país às vezes esconde o ódio às classes do país. Estadistas amam o país, mas não amam o povo. Precisamos amar o país, mas amando o povo; e isso começa com acabar com essa expressão POVÃO, que foi uma maneira que a elite encontrou para continuar aristocrática mesmo na República, pois antes eram condes e barões e resto era povo. Na República, os barões viraram povo e, então, inventaram a expressão POVÃO para mantê-los excluídos, longes das boas escolas, longe dos bens e serviço essenciais.

A ONU e o Brasil

Este ano as Nações Unidas nos prestaram um grande serviço: mostrar uma realidade que falamos aqui e ninguém vê. É preciso vir alguém de fora para dizer. O Presidente saiu gritando dizendo que é um absurdo o que ele está dizendo, mas não é. É a realidade.

O Presidente não quer ver a realidade. Quando a gente põe colírio nos olhos, não vê só coisa bonita, vê também coisa feia. Nós vivemos uma guerra civil, quantas pessoas já falaram isso? E o Presidente não quer ver a verdade. Esse é o pior tipo de governo, o que não quer ver a verdade.

ONGs no combate à desigualdade

As ONGs têm um papel importantíssimo, mas elas jamais farão a abolição da pobreza totalmente. Elas conseguem atender a projetos pequenos e dar o exemplo, o que é muito importante, para que um dia o governo pegue as boas idéias.

Controle de natalidade

Uma campanha de controle da natalidade é bom para combater a exclusão dos que não nasceram ainda, mas dos que estão aí, só se matar. Não é um problema biológico, é social. É por meio de escola, de água, dos demais serviços básicos. As frentes de trabalho são baseadas na ótica econômica: emprega-se o pobre para que ele receba um salário e saia da pobreza com o salário. Essas mães que nós víamos nas frentes de trabalho estavam trancando os filhos em casa para vir trabalhar e ganhar um salário mínimo, ou tirando a filha de 12 anos da escola para cuidar dos irmãos, isto é, eles continuam vivos, mas reproduz-se a pobreza. Por que não pagar a mãe da frente de trabalho para ficar em casa ao invés de ficar meio dia no bairro dos ricos? Fica cuidando do seus filhos. Mas aí não é frente de trabalho. Tem um produto vivo embutido: ela vai produzir uma coisa fundamental – o filho bem

cuidado. E isso evita as falsas promessas de que a esquerda diz que é preciso dar creche para todos. É mentira. A França, depois de 100 anos, ainda não tem creche para mais de 15% das crianças. E a Direita diz que, com o crescimento econômico, é que vamos ter creche para todas as crianças. Podemos ter uma ação intermediária pequena: vamos pagar as mães para que elas cuidem dos seus filhos. As mães que têm emprego não recebem a licença-maternidade? Por que as mães pobres sem emprego não podem receber também a licença-maternidade? O marido fica em casa se está desempregado. Ela tem de se juntar com outras 10 e montar uma creche com o dinheiro que o governo dá. E ela administra diretamente. Isso é simples e possível.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy